PROCESSOS DE REDENÇÃO E REGIÃO NO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ: DESCRIÇÃO E DIGITALIZAÇÃO DE UM PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Wagner Santos Lima[1]
Rafael Da Cunha Scheffer[2]

RESUMO

O presente projeto de extensão tem como objetivo atender às demandas de pesquisa no âmbito histórico e social, por meio da disponibilização de fontes cartoriais como ferramentas de investigação para a produção de conhecimento científico. Busca atender tanto à comunidade docente e discente da Unilab quanto a pesquisadores em geral que tenham interesse em utilizar fontes como os processos cíveis e criminais de Redenção e municípios vizinhos (Baturité e Pacatuba) para a elaboração de diferentes produções acadêmicas. O projeto desenvolve um instrumento de pesquisa a partir da descrição e do fichamento desses processos, que estão sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Ceará, produzindo uma ferramenta organizada que auxilie os pesquisadores no acesso e análise do material. Além disso, realiza a digitalização dos documentos fichados, com o intuito de disponibilizá-los e facilitar o acesso aos recursos de pesquisa para um público mais amplo.
No presente momento, a extensão concentra seu foco nos acervos relacionados aos processos cíveis e criminais de Redenção, buscando não apenas preservar o patrimônio documental, mas também potencializar a utilização dessas fontes para a compreensão histórica da região.

Palavras-chave: Processos cartoriais; Digitalização; Pesquisa; História regional.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNIDADE ACADÊMICA DOS PALMARES. Rodovia CE 060 – Km 51 CEP.: 62785-000. Acarape – Ceará – Brasil., Discente, wagnersantoslima4119@gmail.com[1]
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNIDADE ACADÊMICA DOS PALMARES. Rodovia CE 060 – Km 51 CEP.: 62785-000. Acarape – Ceará – Brasil., Docente, rafaelscheffer@unilab.edu.br[2]

ISSN: 2447-6161

INTRODUÇÃO

A experiência e aplicação do conhecimento histórico, assim como em outras áreas do saber, não é estática: desenvolve-se e transforma-se à medida que técnicas e metodologias de análise evoluem. No campo da História, tanto as fontes quanto a interpretação dos historiadores se adequam às necessidades e demandas da sociedade.

Nesse sentido, a história é um campo de possibilidades cujo princípio fundamental é a investigação, que depende da análise de fontes para construir conhecimento. O que pode ou não ser considerado fonte histórica está ligado à capacidade investigativa do historiador. Como afirmou Marc Bloch, "o bom historiador se parece com o ogro da lenda: onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça". Essa concepção levou a historiografia a ampliar os tipos de fontes utilizadas, incluindo os documentos cartoriais, foco do presente projeto de extensão.

A constituição e a função dos cartórios no Brasil os tornaram fontes históricas de grande valor, pela amplitude de informações sobre dinâmicas econômicas, sociais e políticas. A análise de processos judiciais, especialmente em seu caráter conflituoso, permite compreender contextos sociais de forma complexa. Sidney Chalhoub (1986, p. 23) reforça essa perspectiva ao afirmar que é "exatamente a partir das versões conflitantes [...] que se torna possível ao historiador ter acesso às lutas e contradições inerentes a qualquer realidade social".

Dessa forma, compreende-se a importância do trabalho desenvolvido pelo projeto: identificar, descrever e disponibilizar ao público um conjunto documental ainda pouco explorado. Embora o Arquivo Público do Estado do Ceará possua vasto acervo cartorial, boa parte não está devidamente catalogada. Assim, o projeto busca contribuir com a catalogação, digitalização e disponibilização, tanto online quanto em suporte físico (DVDs). Essa iniciativa amplia o acesso de pesquisadores ao material, reduz o manuseio direto — essencial diante da fragilidade dos documentos — e contribui para sua preservação.

METODOLOGIA

O projeto é desenvolvido em parceria com o Arquivo Público do Estado do Ceará, instituição responsável pela guarda dos acervos cartoriais. O trabalho segue as seguintes etapas:

Treinamento inicial – os bolsistas recebem orientação sobre manuseio, limpeza e conservação documental, sob supervisão do coordenador Rafael da Cunha Scheffer.

Manuseio e conservação – aplicação das técnicas aprendidas para garantir a integridade dos documentos.

Digitalização – realizada com aplicativos de escaneamento, após limpeza simples dos arquivos. As imagens são organizadas em formato PDF e alocadas conforme as diretrizes do Arquivo Público.

Fichamento – cada processo digitalizado é descrito em ficha documental, com informações como data, partes envolvidas, natureza do processo e resumo do conteúdo.

Construção do instrumento de pesquisa – os fichamentos são reunidos em um guia que identifica, resume e organiza os processos, tornando-se uma ferramenta para pesquisadores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O desenvolvimento do projeto tem como um de seus fundamentos a valorização da preservação de indícios do passado, destacando-se como uma iniciativa que evidencia o papel essencial dos acervos cartoriais para a

ISSN: 2447-6161

compreensão histórica da região. À medida que as atividades avançam, torna-se perceptível a relevância do trabalho em andamento para a comunidade acadêmica e para pesquisadores em geral.

Os processos cíveis e criminais analisados demonstram grande potencial como fontes para a investigação histórica, na medida em que refletem aspectos centrais da vida social, econômica e política do Maciço de Baturité. A escassez de estudos historiográficos sobre a região reforça ainda mais a importância de disponibilizar esse material, uma vez que amplia o leque de possibilidades para novas pesquisas e narrativas históricas.

Além de abrir caminhos para a produção de conhecimento, a extensão proporciona aos bolsistas e colaboradores uma formação prática de grande valor. O contato direto com a documentação tem permitido o aprendizado de técnicas de conservação e organização arquivística, bem como o domínio de metodologias de digitalização e catalogação. Outro ponto fundamental é o desenvolvimento da capacidade de leitura e interpretação de fontes cartoriais, que, em um primeiro momento, apresentou-se como desafio devido à caligrafia, à linguagem e à terminologia jurídica do século XIX. O contato constante, porém, tem favorecido um progresso notável nesse aspecto.

Até o presente momento, foram digitalizados e fichados aproximadamente 22 processos cíveis e criminais. Cada ficha documental contém informações sobre data de produção, partes envolvidas, natureza do processo e um resumo de seu conteúdo. Esse trabalho não apenas organiza e preserva a documentação, mas também facilita o acesso dos pesquisadores às informações essenciais dos autos.

Os resultados alcançados até aqui evidenciam que os processos estão intrinsecamente ligados ao contexto social de sua época, constituindo-se como fontes imprescindíveis para o estudo da história regional. A riqueza de detalhes encontrada nos documentos permite compreender tantos conflitos cotidianos — como disputas de terra, dívidas ou casos de agressão — quanto dinâmicas mais amplas, ligadas a questões de honra, que está por sua vez ligado diretamente a concepção moral da época e como o aparato jurídico é englobado por esta lógica, o poder local e organização comunitária.

A título de exemplo, apresentamos abaixo a ficha documental e a página de rosto de um processo criminal de 1883, evidenciando como esses registros revelam tensões sociais, disputas familiares e os mecanismos jurídicos da época:

 Figura 1 – Ficha documental do processo (1883)

 Figura 2 – Página original do processo (1883)

CONCLUSÕES

O trabalho desenvolvido até aqui demonstra a imensidão de possibilidades abertas pelo uso de arquivos cartoriais. A iniciativa não apenas democratiza o acesso a fontes primárias, mas também preserva documentos em risco de deterioração.

Com a disponibilização desse acervo, pesquisadores poderão produzir novos estudos sobre a região, enriquecendo a historiografia local e nacional. Como ressalta Sidney Chalhoub, o uso de fontes judiciais permite acessar contradições sociais; e, conforme lembra Eric Hobsbawm (1998, p. 73), “os historiadores não são os juízes da posteridade, mas devem estar preparados para desafiar as convenções, os preconceitos e as simplificações do tempo presente, ao restaurar a complexidade e a dificuldade de qualquer compreensão

ISSN: 2447-6161

séria do passado".

Assim, ao resgatar e disponibilizar processos cartoriais de Redenção e região, o projeto contribui para revelar as dinâmicas sociais cotidianas, promovendo uma visão mais ampla e crítica da história regional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que contribuíram para a realização deste trabalho. Em especial ao professor Rafael da Cunha Scheffer, que me orientou durante todo o processo de desenvolvimento do projeto.

REFERÊNCIAS

BLOCH, Marc. Apologia da história: ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 1986.

HOBSBAWM, Eric. Sobre história. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ISSN: 2447-6161